**ESTADO, PATRONATO RURAL E PEDAGOGIA DO AGRONEGÓCIO (1991-2013): sobre o Sistema CNA/ SENAR/ ICNA**

**RESUMO**

O artigo analisa as relações entre Estado, luta de classes e educação rural no Brasil (1991-2013), tendo como base teórica o pensamento de Antônio Gramsci. Toma como foco a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), problematizando como esses Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) operam na difusão da Pedagogia do Agronegócio e, nesse processo, na negação de referenciais contra hegemônicos a partir do campesinato. Usando a teoria de Gramsci, o estudo estabelece relações entre poder, educação e interesses das frações agrárias, destacando a dinâmica entre CNA e SENAR na formação político-pedagógica voltada ao agronegócio.

**Palavras-chave**: Estado. CNA. Pedagogia do Agronegócio.

**ABSTRACT**

The article analyzes the relations between the State, class struggle and rural education in Brazil (1991-2013), based on the theoretical thinking of Antonio Gramsci. It focuses on the National Confederation of Agriculture (CNA) and the National Service for Rural Learning (SENAR), problematizing how these Private Hegemony Apparatuses (APH) operate in the dissemination of Agribusiness Pedagogy and, in this process, in the denial of counter-hegemonic references from the peasantry. Using Gramsci's theory, the study establishes relations between power, education and the interests of the agrarian fractions, highlighting the dynamics between CNA and SENAR in the political-pedagogical training focused on agribusiness.

**Keywords**: State. CNA. Agribusiness Pedagogy.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo advém dos estudos construídos na Tese de Doutorado em História (PPGH/UFF), intitulado “Estado, Luta de Classes e Educação Rural: a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (1991-2013), defendido em 2022, sob o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA).

Do ponto de vista do método dialético, partiu-se do entendimento da materialidade em torno das relações de poder e dominação, que compõe o embate pela hegemonia econômica e política do capital agrário, no interior da disputa pela vontade coletiva das frações agrárias dominantes e da classe trabalhadora no seio do Estado integral. Diante disso, toma-se, como categoria útil, para essa análise, os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) (GRAMSCI, 2001), que têm sentido como materialidade institucional específica da sociedade civil, constituindo-se como conjunto de instâncias de associação voluntária, de empresas e instituições estatais. A Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), representante do sindicalismo patronal rural, portanto, é tomada como APH ou formas organizativas que, mormente a atuação cultural, opera, desde sua gênese, na forma de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), que deve ser analisada em sua organização interna na produção de vontades coletivas, mas também precisa ser considerada a relação deste aparelho com os demais grupos antagônicos (GRAMSCI, 2001). É, assim, historicamente uma instituição ligada ao aparato estatal restrito, constituindo-se como espaço privilegiado de disputas entre setores da sociedade civil. Em torno dela são reunidas todas as federações de agricultura de grandes e médios produtores rurais (uma por estado), que, por sua vez, também aglutinam todos os sindicatos rurais dessa categoria no território nacional. Essa organização patronal defende os interesses dos grandes proprietários e empresários do agronegócio junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário. A CNA tem assento em vários conselhos, comissões temáticas, grupos de trabalho e programas oficiais (LEAL, 2002), possuindo, assim, uma dinâmica complexa de enraizamento nas esferas de poder como APH da classe burguesa (GRAMSCI, 2001).

Integrante do chamado “Sistema S”, o Serviço Nacional da Aprendizagem Rural (SENAR), autointitulada como a “verdadeira escola da terra”, assume, na passagem dos anos 1990 aos anos 2000, a missão estabelecida a partir da relação orgânica ou até de simbiose, entre CNA e SENAR, uma vez que este último funciona como espaço de organização e difusão dos pressupostos políticos e formativos daquela.

De forma específica, este trabalho trata da atuação do SENAR como agência privada vinculada à CNA, que possui projeto político e pedagógico alicerçado, claramente expresso, a partir dos anos 2000, na negação da reforma agrária, criminalização dos movimentos sociais do campo e educação para o agronegócio. Pretende-se problematizar o SENAR a partir da década de 1990, como entidade que dimensionou, caracterizou e deu corpo à “CNA educadora”, seguindo linha semelhante à que Mendonça (2017) traçou sobre a ABAG em estudos anteriores[[1]](#footnote-1).

Como fontes, partiu-se de documentos disponíveis no sítio eletrônico da confederação sindical em questão, além do SENAR, englobando manuais, séries metodológicas, cartilhas, materiais norteadores e relatórios de gestão. Sobre a relação entre Estado, poder, educação rural e agronegócio, foram utilizados como referência os trabalhos de Mendonça (2007, 2010a, 2010b, 2013, 2019) e Lamosa (2014, 2016), que discutem a forma como diferentes setores dos grupos dominantes das frações agrárias definiram e estabeleceram seu próprio terreno de atuação social e política no interior dos projetos educacionais, articulado aos seus interesses de classe.

**2. “O SENAR DA CNA”:** a formação profissional campesina a partir da perspectiva do patronato rural

O “SENAR da CNA” assume, a partir de sua re-criação em 1991[[2]](#footnote-2), em sua natureza objetiva, a forma de personalidade jurídica de Direito privado, sendo classificada como Serviços Sociais Autônomos (SSA). Estas entidades podem ser categorizadas, no âmbito da Reforma do Estado, como integrantes do chamado Terceiro Setor[[3]](#footnote-3) sendo, portanto, uma agência de natureza privada, já que elas desempenham atividade privada de interesse público. Sua função seria ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais residentes na zona rural, sem fins lucrativos, sendo mantidas por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais dos empregadores, porém há registros de convênios em programas e projetos, onde ele recebeu recursos públicos para a oferta, um exemplo é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011.

É importante considerar sobre a questão administrativa do SENAR, que tem a ver com entendimento sobre os limites do controle público sobre essa instituição privada. O SENAR conta, em sua configuração enquanto agência privada da CNA, com 27 administrações regionais, localizadas em todas as unidades da federação, e uma administração central, situada na capital federal. Nesse sentido, cabe às administrações regionais, segundo estatuto, a função de planejar e operacionalizar a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS), conforme seus recursos financeiros, materiais e contingente humano disponível. Atua, desde sua re-criação, com esses eixos para o trabalhador rural em centros instalados e mantidos pelo SENAR ou sob a forma de cooperação, dirigida pelos trabalhadores rurais.

O SENAR não tem unidades de ensino. As salas de aula podem ser os locais onde o trabalhador e o produtor rural atuam como, por exemplo, uma área de plantação, um galpão da propriedade, embaixo de uma árvore e até na casa de um dos participantes do curso (BRASIL, 2005). Objetiva-se ser descentralizado e alcançar as áreas rurais mais interiorizadas, onde as políticas públicas de extensão rural chegam precariamente. Observa-se que a ideia de formação profissional rural é abrangente e atinge desde os mais jovens que iniciarão o processo de inserção ao trabalho, como os que já estão exercendo ocupações profissionais no campo, bem como a formação continuada dos trabalhadores segundo as demandas que emergem no processo produtivo dos múltiplos setores[[4]](#footnote-4) que abrangem o agronegócio.

Nesse sentido, em tese, as ações seriam realizadas de acordo com as necessidades e interesses dos trabalhadores e produtores rurais, e baseiam-se no estudo do mercado de trabalho, porém, questiona-se os interesses de que classe social prepondera, uma vez que a CNA fazia recorrentemente defesas de que a educação precisava se alinhar e se comprometer com os interesses do mercado e da expansão do lucro do setor. Os cursos, em sua maioria em formato Formação Inicial e Continuada (FIC), de curta duração e residual no que tange ao desenvolvimento de conhecimentos qualitativos, não permitem que haja elevação de escolaridade, “o que para os camponeses significa manter sua perene condição de classe iletrada, disponível somente e nada mais que para o “trabalho no cabo da enxada” (SANTOS, 2016, p. 121). Sobre isso, Gramsci criticou o rebaixamento cultural e escolar imposto às classes populares e propõe, através da educação unitária, a superação da discriminação travestida de projetos assistencialistas de proteção aos “grupos sociais subalternos” empobrecidos (NOSELLA, 2016). Tal caráter de escola com “liberdade, culta e viva”, para uma educação científica e tecnologicamente avançada à classe trabalhadora do campo, não está presente na metodologia do SENAR.

Para a realização dos cursos e eventos de FPR e PS, bem como atividades especiais de profissionalização, as administrações regionais contam com o trabalho de três tipos de agentes: mobilizadores, instrutores e supervisores. Estes sujeitos não possuem vínculo empregatício tendo, assim, sua relação trabalhista regida por contratos temporários. São sujeitos que exercem funções de organização e funcionamento das atividades em suas etapas. Dessa forma, os trabalhadores do SENAR, são intelectuais orgânicos, muitas vezes formados através de cursos ofertados pelo próprio SENAR e devem atuar na reprodução do saber e poder institucional.

A FPR e a PS são dimensões interrelacionadas na perspectiva do trabalho educativo do SENAR, uma vez que este é entendido como meio de “propulsão da profissionalização dos trabalhadores”, já que permite que o ideário de formação adentre à casa e à cultura familiar dos trabalhadores, moldando perspectivas de vida e trabalho segundo o projeto político e pedagógico da agência da CNA. É uma estratégia de incorporação e docilização da mão de obra, de acordo com a ideologia dominante, a partir de cursos rápidos com caráter de treinamento que, via de regra, não permitem discussões de fundo, mas a adoção de práticas e modos de fazer, entendida no sentido restrito e fragmentado, e não no sentido gramsciano que entende a educação vinculada à prática, a partir da ação e da compreensão mais abrangente de mundo (processo histórico).

**2.1 A CNA Educadora:** o Sistema CNA/SENAR/ICNA e a Pedagogia do Agronegócio

Considera-se que a análise da educação para o agronegócio como pedagogia do consenso, se articula à pedagogia da hegemonia, materializada na proposta educativa e em ações pedagógicas do Sistema CNA/SENAR, no período de 1991 a 2013. Tais ações se expandiram, sobretudo, com relação ao contexto de acirramento da luta pela terra e elaboração coletiva do paradigma da Educação do Campo – projeto societário construído pelos aparelhos de hegemonia dos trabalhadores do campo.

Sobre a organização e estrutura de funcionamento pedagógico, do ponto de vista histórico, convenciona-se, para este trabalho, a organização em dois momentos. O primeiro, referiu-se à fase inicial de funcionamento, que é a última década dos anos 1900, onde se deu o começo da organização operacional do SENAR sob gestão privada da CNA, tendo como base a Pedagogia Liberal *stricto sensu*. O segundo momento, ou melhor, a década posterior, dá-se com a reorganização do modelo político pedagógico a partir da intensificação da organização das frações agrárias no poder junto ao Estado restrito, bem como a adoção do Sistema CNA/SENAR/ICNA, que trouxe como consequência a relação Estado restrito e consolidação da chamada “CNA Educadora”, assentada na complexificação da Pedagogia Liberal, com adoção da educação para o agronegócio como eixo estruturante. Entende-se que a segunda fase é definida nesta periodicidade a partir do limite do recorte desta pesquisa, o que permite pensar que seu desenvolvimento continua em curso, guardadas as devidas especificidades do movimento histórico da conjuntura política na passagem para a segunda década do século XXI.

Nesse mesmo contexto, acirra-se “a batalha de ideias e projetos” que permeia a disputa das políticas públicas no campo. Sobre isso, demarca-se a intensificação do processo organizativo dos movimentos sociais do campo durante a redemocratização e a construção de um movimento nacional pela construção de uma política nacional de Educação do Campo a partir da década de 1990, após o Massacre de Eldorado dos Carajás que resultou na chacina de 19 “Sem Terra”, mortos pelo aparato policial paraense. O embate no âmbito das políticas públicas pela afirmação do referencial político e pedagógico da Educação do Campo amplia-se ao longo dos anos 2000, com a sistematização do pensamento e das pressões sociais sobre o Estado restrito na garantia da legitimação deste pensamento nos eventos, na legislação e em programas.

Dessa forma, a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), construíram, no período em estudo, ações e frentes de resistência e disputas pela “democratização” do SENAR no contexto de aumento da organização da Bancada Ruralista e suas “soluções de força”, expressas nas pressões, ameaças, violências no campo[[5]](#footnote-5) – e em sua impunidade –, criminalização das organizações campesinas e, consequentemente, contraposição ao projeto de Educação do Campo. Nesse turno, a Educação do Campo se estabeleceu como antítese histórica à educação rural forjada pelas frações dominantes. É necessário pensar que a educação rural, neste viés, está viva sob várias formas, entre elas: como modelo urbanocêntrico, através da precariedade nas escolas públicas rurais, mas também como projeto de sistematização do conhecimento a partir do agronegócio, defendido pela burguesia agrária.

A complexificação da atuação educativo-formativa do CNA através do SENAR impulsionou, entre os anos 1990 e 2000, processualmente, a criação do chamado “Sistema CNA”, modelo também presente nas demais entidades do “Sistema S” (RODRIGUES, 1998). Nesse sentido, o SENAR integra o Sistema do CNA, possuindo um lugar de destaque, uma vez que conta com uma interiorização e alcance nacional, estando submetido à Confederação. O Sistema CNA é composto por 4 entidades: a CNA, o SENAR, o Instituto CNA (ICNA) e a Faculdade CNA. Segundo seu projeto político e pedagógico, o Instituto CNA desenvolve estudos sociais e pesquisas voltadas para o setor agrícola, subsidiando o planejamento do portfólio de cursos ofertados e diretrizes seguidas. Como apontam informações contidas no *site* do CNA, o Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos. Criado em 26 de março de 2009, desenvolve estudos e pesquisas sociais e do agronegócio, atendendo a demandas do Sistema CNA/SENAR.

Além disso, integra também o “Sistema”, a Faculdade CNA, igualmente de caráter privado, que fora credenciada pelo MEC pela portaria 1.213 de 18 dezembro de 2013 (FACULDADE CNA, 2011). Esta faculdade é considerada a primeira voltada exclusivamente para o agronegócio e tem como um dos eixos fundamentais, segundo destacado por João Martins, Presidente do Sistema CNA/SENAR[[6]](#footnote-6), ocupar-se da formação – de intelectuais orgânicos especializados – em tecnologia e inovação, sobretudo, relativa à gestão do agronegócio*.* A Faculdade CNA atua: 1. Por meio do ensino presencial, formando profissionais destinados ao mercado de trabalho e para atuar como disseminadores; 2. Por meio do ensino a distância (EAD)[[7]](#footnote-7) – a partir de 2016; 3. Por meio da pesquisa, buscando respostas para problemas que afetam o segmento do capital agrário; 4. Por meio da Extensão, com cursos, atividades e eventos que podem atingir tanto os grandes, quanto os pequenos produtores.

Sediada em Brasília, a modalidade presencial oferta o curso de Graduação em Agronegócio. Este Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio visa a formação de técnicos especializados e tem a parceria, o suporte técnico e logístico e o apoio institucional do Sistema CNA/SENAR/ICNA. Além disso, oferta duas pós-graduações: Gestão de Projetos em Agronegócio e Gestão Empresarial em Agronegócio. Também dispõe de um polo presencial em Alexânia, município de Goiás – local profundamente marcado pelo latifúndio e alternância de poder entre grupos ligados ao agronegócio (Ludovicos e Caiados) –, na sede do Sindicato de Produtores Rurais, onde mais de 30 profissionais cursaram a pós-graduação em Gestão Empresarial em Agronegócio (FACULDADE CNA, 2016).

A expansão de cursos tecnológicos em agronegócio é colocada por Junqueira e Bezerra (2015) como fruto das exigências das transformações produtivas do capitalismo por novas funcionalidades e qualificações dos trabalhadores para atender o agronegócio. O aparato filosófico e metodológico dos saberes científicos da Faculdade é legitimado pela ideia de produção e disseminação de conhecimentos, tendo como referência o próprio Sistema CNA/SENAR/ICNA e seus espaços de formação. Contribui, portanto, para a preparação de novos intelectuais que deverão atuar na criação e manutenção de um novo senso comum, reforçando, segundo Neves (2010), novas subjetividades coletivas necessárias à consolidação da sociabilidade burguesa, na especificidade da produção do Agronegócio.

Na primeira década dos anos 2000, a instituição se volta tanto para a difusão das tecnologias e gerencialismo para produtores quanto para a formação instrucional da mão de obra, tendo por base princípios como cidadania, empregabilidade, empreendedorismo, iniciativa, produtividade, eficiência, entre outros (SENAR, 2013b). Todos os cursos passam a ter módulo obrigatório sobre Empreendedorismo. Nesse contexto, a formação profissional, a partir da pedagogia do empreendedorismo rural, ajuda a formar um exército de reserva adestrado à ideologia do Agronegócio. Nesse sentido, o indivíduo é educado a se ver como empresário ou empreendedor e não como trabalhador vinculado a uma classe social. Diante disso, ele não precisaria lutar por terra ou direitos, mas buscar qualificação técnica para ascender socialmente e atingir a classe média.

Nesse processo, primeiramente, nega-se as críticas à grande produção agrária como cultura do atraso, exploração, poluidora e de dizimação ambiental, para fundar a imagem da tecnologia, modernidade e oportunidade. Soma-se a isso a crença na imprescindibilidade da agricultura de mercado para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Forja-se, assim, uma nova educação de tipo agrário, fundamentada nos princípios do Agronegócio como base material e como ideologia, uma vez que este modelo de produção, além de apresentar um caráter de “economia política”, no sentido das “alianças de classe social para a captura do excedente econômico”, articula-se enquanto “política econômica explícita de Estado” e “projeto de hegemonia ideológica” (DELGADO, 2013, p. 61).

Apoia-se, nesse sentido, em referenciais de uma pedagogia alicerçada em princípios liberais, onde os cursos trabalhariam noções sobre agronegócio que produzissem um encantamento sobre o trabalho e a produção deste setor. Fazem parte dessa empreitada a eliminação, sobretudo, das contradições e desconfianças relativas às questões ambientais, agrárias, trabalhistas e dos agrotóxicos, por exemplo.

A educação rural, assim, a partir dos anos 2000, torna-se um elemento estratégico para a CNA que, estruturando sua posição a partir do delineamento de uma disputa supostamente técnica e objetiva dos dados, ajuda a construir um campo de legitimidade no consenso sobre sua proposta de educação para os trabalhadores do campo. O SENAR assume uma posição fundamental nesse projeto, uma vez que reúne as ações de formação para crianças, jovens, adultos e idosos do campo, nas dimensões de instrução profissional e comunitária, abrangendo projetos que atingem do ensino fundamental à pós-graduação, com a Faculdade CNA. Estas que têm como eixo formativo o agronegócio, expressos de forma direta ou indireta.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O SENAR, coordenado pelo sindicalismo patronal rural, expressou esse processo de privatização de uma agenda de educação, assistência, extensão e formação profissional rural a partir de diretrizes de empresariamento no contexto de investida contra a reforma agrária e os movimentos sociais do campo, bem como da reestruturação produtiva do capital, da flexibilização do trabalho e educação empreendedora do ideário neoliberal. A formação, através do Sistema CNA/ SENAR/ ICNA, baseou-se num sentido estrito de trabalho alienado, na medida em que propõe um sentido fragmentado, onde o aspecto técnico e a-histórico constituem o eixo de fundamento.

É possível identificar que o projeto educativo se manifestou através da formação profissional rural dos trabalhadores do campo, na inserção feita nos costumes e no cotidiano das famílias campesinas, além da formação de intelectuais especializados com a oferta de ensino superior, construção de pesquisas próprias destinadas a justificar suas ações e, por fim, sua inserção nas escolas públicas[[8]](#footnote-8) para promoção da imagem positiva do agronegócio entre crianças e jovens das zonas rural e urbana.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Metodologia do ensino da formação profissional rural e da promoção social**. Brasília: SENAR, 2005. 80 p.

DELGADO, Guilherme. **Economia do agronegócio** (Anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, [S. l.:] ABRA, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

FACULDADE CNA. **Regimento Geral**. Brasília: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/Regimento-da-Faculdade-CNA.pdf>.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 496 p., v. 1.

\_\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334 p., v. 2.

JUNQUEIRA, Victor Hugo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A quem interessa a educação dos trabalhadores do campo?** Uma análise do PRONACAMPO. Revista Exitus, Santarém: UFOPA, v. 5, n. 2, p. 83-100, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/61/61>. Acesso em: 6 de agosto de 2020.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e Agronegócio:** a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Apris, 2016. 327 p.

\_\_\_\_\_\_. **Estado, classe social e educação no Brasil**: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. Rio de Janeiro, 2014. 435 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e educação rural no Brasil**: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007. 116 p.

\_\_\_\_\_\_. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993**). Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2010. 299 p.

\_\_\_\_\_\_. **O PENSA e os intelectuais orgânicos do agronegócio (1990 - 2013)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER, 9, 2016, Niterói. Anais... Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, 2016. Disponível em: < https://9simposioestadoepoder.blogspot.com/>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_\_. **A ABAG educadora:** construindo a hegemonia do agronegócio. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Niterói. Anais... Niterói: NIEP-Marx, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC51/mc511.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_\_. **Estado, saber e poder no Brasil**. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Niterói: LCP-UFF, v. 5, n. 2 , p. 245-261, mai./ago. 2013.

NASCIMENTO, Rita de C. G. “**Estado, Luta de Classes e Educação Rural**: a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (1991-2013)/ Tese (Doutorado em História). PPGH/Universidade Federal Fluminense – Campus Gragoatá: Niterói, RJ, 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2401/projeto/TESE_RITA_NASCIMENTO.pdf>

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010. 223 p.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2016. 256 p.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial:** o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998. 154 p.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **PRONERA, educação técnico-profissional e reforma agrária popular:** um estudo na perspectiva do projeto formativo vinculado aos processos produtivos dos camponeses. Rio de Janeiro, 2016. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14824/1/Tese\_Clarice%20Aparecida%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em:15 de setembro de 2021.

1. MENDONÇA, Sônia Regina. A ABAG Educadora: construindo a hegemonia do agronegócio, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC51/mc511.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020. [↑](#footnote-ref-1)
2. O SENAR fora criado, inicialmente como instituição pública no período de 1976 a 1988, no contexto do Programa Intensivo de Mão de Obra (PIMPO), no âmbito do projeto desenvolvimentista, em meio à crise provocada pelo modelo de industrialização nas décadas de 1950 e 1960. Com redemocratização, o SENAR é privatizado no contexto da Constituinte, em 1988, passando a integrar a estrutura da CNA, por isso considera-se que fora re-criado a partir de 1991 (NASCIMENTO, 2022). [↑](#footnote-ref-2)
3. Segundo Coutinho (2005), o termo Terceiro Setor começa a ser discutido no Brasil a partir da década de 1990, referindo-se as “organizações da sociedade civil sem fins lucrativos”, criadas e mantidas com ênfase no trabalho voluntário e que visassem enfrentar os problemas sociais” (p. 104). Em torno de si reúnem o empresariado, bem como organizações privadas nacionais e internacionais, apoiadas na definição de que supostamente seriam entidades paralelas ao Estado, buscando ofertar de “forma voluntária” aquilo que este nega. [↑](#footnote-ref-3)
4. Os segmentos de ação alcançam os setores Primário (Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Aquicultura e Extrativismo), Secundário (Agroindústria) e Terciário (Atividades de apoio agrossilvipastoril e Atividades relativas à prestação de serviços) (BRASIL, 2005). [↑](#footnote-ref-4)
5. “Entre 1985 e 2018, 1938 pessoas foram executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil e 1789 desses casos (92%) continuam sem qualquer responsável julgado ou preso”. DIAZ, João Cesar. Desde 1985, 92% das mortes no campo por disputa de terra seguem sem solução. *Último Segundo*, 12 jun. 2019. Brasil. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-06-12/desde-1985-92-das-mortes-no-campo-por-disputa-de-terra-seguem-sem-solucao.html>. Acesso em: 14 de março de 2021. [↑](#footnote-ref-5)
6. FACULDADE CNA, 2016. [↑](#footnote-ref-6)
7. Visando a expansão da área de abrangência, em 2016, a Faculdade CNA à Distância iniciara credenciamento junto ao MEC para a instalação de 19 polos de apoio nas seguintes cidades: Santa Izabel do Pará (PA); Gandu e Luís Eduardo Magalhães (BA); Cachoeiro do Itapemirim e Rio Bananal (ES); Barra Mansa (RJ); Manaus (AM); Cuiabá (MT); Campo Grande e Dourados (MS); João Pessoa e Campina Grande (PB); Palmas (TO); Maceió (AL); Alexânia, Valparaíso (GO); Fortaleza (CE); Parnamirim (RN) (FACULDADE CNA, 2016). [↑](#footnote-ref-7)
8. O SENAR e as escolas públicas é uma questão debatida e ampliada na Tese que dá fruto à este artigo. [↑](#footnote-ref-8)